Políticas públicas para famílias de risco em Florianópolis

Recebido: 09/09/2015. Aprovado: 16/09/2015.

*Kátia Abraham**

Resumo: *Em linguagem coloquial, própria da conferência feita no IV Congresso teológico da FACASC, em setembro de 2015, a autora apresenta dados das políticas públicas da Prefeitura de Florianópolis. Apresenta inicialmente os diversos serviços de assistência social presentes no município, para depois referir-se de modo mais especial a determinadas situações de violência e abandono: de crianças e adolescentes, de populações de rua, de idosos, de imigrantes haitianos.*

Palavras-chave: *Políticas públicas. Assistência social. Situações de violência.*

Abstract: *In a colloquial way, as in the lecture delivered at the FACASC IV Theological Congress, in September 2015, the authoress presents facts of Florianópolis city's public policies. First, she describes the several Social Assistance services active in the municipality, and then relates more particularly some violence and abandonment situations: of children and teens, of street people, of old age people, of haitian immigrants.*

Key-words: *Public policies. Social assistance. Violence situations.*

* Graduada e especialista em Serviços Sociais pela UFSC. Diretora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O texto, em linguagem coloquial, foi elaborado a partir de seu depoimento no IV Congresso Teológico da FACASC, em setembro de 2015.

Vou apresentar-lhes o que se faz na Prefeitura Municipal de Florianópolis. As políticas voltadas para as populações em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, ou seja, as populações mais pobres, mais carentes e mais desassistidas do nosso município.

A organização dos serviços de assistência social

Somos praticamente movido pelo SUAS (Serviço Único de Assistência Social). Felizmente, temos sistema hoje, por que antes era muito na base do bom senso ou até do chutódromo. Hoje temos uma lei, a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), e temos um sistema único que nos dá o caminho a seguir, o caminho das pedras. O Sistema Único de Assistência Social, se o compararmos com o SUS, tem mais ou menos os mesmos patamares. Tem a parte da proteção básica que seria, no caso do SUS, os postos de saúde, aquela porta de entrada, que é o primeiro atendimento. Temos a proteção de média complexidade, que seria o equivalente à UPA, aquela clínica, aquele primeiro atendimento, quando a situação é mais grave e não dá para ser resolvida num posto de saúde. Temos, depois, a alta complexidade que é a medida última, que no caso da saúde seria a UTI e no nosso caso são as Casas de Acolhimento.

Eu sou assistente social de carreira, na Prefeitura e, nesta gestão, incredivelmente, pela primeira vez as diretorias técnicas estão sendo ocupadas por funcionários de carreira. Sou assistente social da Prefeitura e atuo como diretora de média e alta complexidade, ou seja, diretora de todo o trabalho que na saúde seria o UPA e a hospitalização. A básica, dirigida por uma colega assistente social, tem no seu quadro os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). São dez, espalhados pelo município, e são, realmente, a porta de entrada, o acesso à prevenção e o local aonde as famílias vulnerabilizadas se dirigem, para pedir uma cesta básica, um auxílio. O trabalho do pessoal do CRAS, basicamente, é o de tentar prevenir, é aquele primeiro atendimento, do qual já falei. Quanto à média e alta complexidade, são as situações de violência e de violação de direitos.

O SUAS engloba também a oferta de benefício, é uma terceira diretoria, que cuida dos benefícios sócioassistenciais, prestados a públicos específicos. Essa diretoria de benefícios faz a entrega, a ajuda na prática. É lá que se consegue o auxílio funeral, o auxílio natalidade, a cesta básica, a passagem para recambiamento de pessoas que precisam

se movimentar, viajar e não têm como. É lá que se entregam todos os benefícios para essa população.

Eis o que se tem na proteção social básica: os CRAS (Centros de Referência e Assistência), com dez unidades em Florianópolis; o PAIF, que é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, é o serviço que o CRAS executa; os SCFV, que são os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que são nove, espalhados pela cidade. Esses serviços são voltados à infância, adolescência e terceira idade. Esse último caso é o daqueles grupos de idosos que existem há tempos na cidade, dos quais alguns já se estão transformando num serviço de convivência. O serviço de convivência difere um pouquinho dos grupos de idosos de anos atrás. Ele tem uma preocupação maior. Não é só promover a festa, o artesanato, é também promover o maior entendimento desta fase de vida que as pessoas estão passando, é um trabalho um pouco mais aprofundado. Nós temos em Florianópolis nove centros de atendimento à criança e ao adolescente em contra-turno escolar. Isso na base.

Entramos, agora, na minha atuação, que é a proteção social especial: média e alta complexidade. São indivíduos em situação de direitos violados, e com vínculos familiares rompidos. Por isso, falo em “alta complexidade”. É a última medida que se toma, que é recolher alguém, abrigar, colocar numa casa de acolhimento. A “média complexidade” atua com os indivíduos que têm os direitos violados, mas mantêm vínculo familiar. Há dois CREAS: na básica, é o CRAIS (Centro de Referência de Assistência Social); na média, é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Na média complexidade atende-se os casos de violação de direitos. São situações que se misturam com a justiça. Há muitos processos e muita parceria com o poder judiciário, com a promotoria, porque são pessoas que de alguma forma estão sofrendo violência, a qual pode ser de diversas formas: violência física, sexual, doméstica. Esta última é bastante comum: são situações em que a mulher é agredida pelo companheiro, pelo marido; não raras vezes os filhos também são agredidos. Há ainda os casos de negligências, que também são muitas, principalmente relacionadas a crianças, adolescentes e idosos, que são as camadas que precisam de mais cuidados.

Na média complexidade, temos um CREAS na ilha e um no continente. O da ilha funciona na Agrônômica, quase em frente ao

Hospital Infantil Joana de Gusmão. Foi o antigo abrigo de menores e foi chamado na administração passada de “cidade da criança”. Hoje é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Ali temos os serviços setorizados. Temos o PAEF, que é o serviço de Proteção a Indivíduos e Famílias, e é a porta de entrada. É criança e adolescente com direito violado ou vítimas de violência. Temos o CEPRED, que é o atendimento de idosos, também nessa situação, vítimas de violência, direitos violados.

A situação de crianças e adolescentes

A LAPSC, que significa Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, é um serviço totalmente voltado para adolescentes em conflito com a lei. Vocês estão acompanhando também toda a campanha que está em pauta: a redução da maioridade penal, para diminuir de dezoito para dezesseis anos. Nós trabalhamos exatamente com esses garotos, com meninas, a maioria são rapazes, que estão na fase da adolescência e que cometem crimes, atos infracionais que vão desde os mais leves, a maioria envolvida no tráfico de drogas, desde o uso até a venda, o comércio de drogas, até as situações mais graves, que o Judiciário encaminha para o recolhimento. Aí os meninos são atendidos já na segurança pública. Os atos infracionais mais leves não significam que esse garoto ou essa menina têm que ser privados de liberdade: eles são aí atendidos por nós. Quando o juiz determina como pena de um ato infracional relativamente leve que seria o furto ou porte de droga, os menores infratores são encaminhados para nós, para as chamadas medidas sócioeducativas. O garoto vai ter que prestar serviço à comunidade por um prazo que o juiz vai determinar, e a liberdade assistida que é aquela situação em que as nossas equipes de assistência social e psicólogos acompanham esse adolescente mensalmente. Ele tem que ir lá, assinar uma presença, acompanhar para ver se está frequentando a escola, se está sossegado ou se está se envolvendo em novas confusões. E esses adolescentes, tanto os da liberdade assistida quanto os da prestação de serviço à comunidade, são acompanhados juntamente com suas famílias. Por quê? Porque a gente tem que responsabilizar os pais. Os pais são os responsáveis pelos filhos menores até dezoito anos, segundo a lei. Os pais têm que estar atentos, realmente prestando esse cuidado, e não é muito isso que se vê.

A situação de mulheres

Temos também o CREIV (Centro de Referência de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência), que fica num prédio separado, ao lado da 6ª DP. Geralmente os encaminhamentos chegam pela 6ª DP, que encaminha essas mulheres, que de alguma forma estão sendo agredidas, estão sofrendo as mais diversas formas de violência. Normalmente, quando chegam numa situação de agressão física, algumas acabam procurando a delegacia para registrar o BO (Boletim de ocorrência). Porque um BO, ou dois BOs, ou três BOs, isso é que vai garantir mais tarde que se proteja essa mulher, que o agressor seja afastado ou que tenha que se manter a distância dela. Nessa casa, as duplas de assistentes sociais e psicólogos acolhem essa mulher vitimizada e tentam fazer um trabalho de acompanhamento com ela, para fortalecê-la até empoderá-la para ela poder reagir às situações de violência, reagir e até, se necessário, tomar decisões, como a de se afastar do companheiro e se separar dele.

A situação do trabalho infantil

E temos o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que é um programa nacional que tem uma gerência também no serviço de média complexidade. Quem mora em Florianópolis, quem anda pelas ruas, vê que reduzimos muito a quantidade de crianças e adolescentes vagando por aí. Antigamente tinha muito mais crianças nas sinaleiras, nos locais públicos. Foi uma vitória das políticas públicas ter reduzido esse número, mas há ainda meninos e meninas, que são responsáveis, às vezes, pelo sustento da família, explorados financeiramente. Muitas meninas no trabalho doméstico e muitos meninos no tráfico, às vezes até acompanhando os pais. No inverno esse trabalho ambulante diminui. A maior quantidade é de adolescentes envolvidos ou recebendo algum valor financeiro para ajudar no tráfico, nem que seja só como olheiro. São garotos bem pequenos, às vezes com dez, onze anos, já contratados para ficar de olho na subida do morro. Isso é bem comum nos morros do Maciço, no morro da Cruz, especialmente no Mocotó, toda essa região que vai da Agrônômica até a Prainha e Caieira. E regiões vulnerabilizadas, difíceis de trabalhar como é o Monte Cristo, ou a favela do Siri, onde também há muitas crianças e adolescentes sem proteção. Nesse trabalho de média complexidade, todas as famílias são atendidas, porque não se atende nunca o indivíduo sozinho, mas sempre com a sua família. Faz-se

um trabalho psicossocial, com duplas: uma psicóloga e uma assistente social. Cada dupla atende em média vinte famílias no FAEP, onde a gente tem uma movimentação maior, e no CEPRED.

A situação de idosos

As maiores vítimas, hoje, de violência, de violação de direito, são crianças e adolescentes, depois idosos, seguidos, em terceiro lugar, por mulheres. Neste ano eu me surpreendi porque a procura é tanta, os encaminhamentos são tantos, casos que chegam de denúncias... Por exemplo, idoso vem muito pela 30ª Promotoria, que é uma promotoria de proteção do idoso. As famílias, as pessoas denunciam, e a promotoria manda para a gente ir lá, investigar e acompanhar. Cresceu assustadoramente a violência contra idosos. Este ano eu me deparei com uma demanda a ser atendida, uma fila de espera maior de idosos do que de crianças e adolescentes. A maioria fica em baixo do tapete, não chega até o serviço. Há muitas denúncias de idosos, que são tratados com desrespeito pelos filhos. Em 90% dos casos a violência acontece dentro da própria família. Idosos que são explorados financeiramente, são agredidos com palavras de baixo calão, ofendidos e até agredidos fisicamente. Recebemos, tempos atrás, a denúncia de uma senhora de quase 90 anos, de que a fralda retirada dela era esfregada no seu rosto. E essa senhora não morava no morro nem na favela. Morava na Otto Gama D'Eça, num apartamento de luxo. Isso é outra coisa que chama muito a atenção: as situações de violência com idoso não se restringem às classes mais empobrecidas. Há muitas denúncias no centro da cidade, em condomínios de luxo, em apartamentos, famílias de classe alta. Essa violência se deve, principalmente, à exploração financeira. Muitas vezes, os pais têm propriedades, têm uma aposentadoria boa, e então os filhos, os netos, às vezes netos usuários de drogas, tentam ou exploram esse idoso e agredem.

No ano passado também, só pra exemplificar, fui num sábado à tarde, junto com o Ministério Público e com uma dupla da Polícia Militar... A dupla da polícia arrombou a porta de uma cobertura na Beira Mar e lá tinha um casal de idosos mantido em cárcere privado. Trancados dentro de um quarto, sem remédios, sem alimentação, extremamente magros. Os vizinhos do prédio denunciaram, porque não viam mais movimento, não ouviam mais barulho, à noite todas as luzes eram apagadas e quem cuidava, pretensamente cuidava, era uma filha, a única filha do casal, uma mulher em torno de 50/55 anos,

doente mental. Então, é para se ver a que extremos se pode estar sujeito. Esse casal teve uma filha, ele é um médico, e nos relatou muito lúcido, com 84 anos, que gastou uma vida inteira, uma verdadeira fortuna com internações dessa filha. Desde a juventude, ela é portadora de esquizofrenia: ele internava, ela voltava para casa... Chegou num ponto agora, num estágio de vida em que eles não davam mais conta da filha, e ela passou a dominar a situação. No dia em que se retirou o casal, a nossa preocupação é que ela cometesse suicídio, mas o casal nos assegurou: “Não, ela vai ficar muito, muito agressiva, mas não vai se jogar daqui, ela não vai tentar se matar”. A situação do idoso hoje é muito, muito grave, e, pela lei, a responsabilidade é dos filhos, mas muitos filhos não aceitam essa responsabilidade. Também é bastante comum situações em que a própria família denuncia. Por exemplo: cinco, seis filhos e um ou dois, ou uma filha mulher, às vezes duas, ou o homem, que seja, são os responsáveis. Então, aquela idosa ou aquele idoso fica dependente daquele filho e ele não tem ajuda dos irmãos. Então, faz-se também essas mediações, quando necessário, com a ajuda do Ministério Público e do Promotor, para mediar, discutir e convencer os demais filhos de que essa responsabilidade deve ser compartilhada. E em últimos casos, último dos últimos, a gente recomenda o acolhimento, o abrigo.

A situação de crianças e adolescentes

A situação de violência física, de abuso sexual, contra crianças e adolescentes, geralmente acontece nas populações mais empobrecidas mesmo, não isentada também a classe média. Esse trabalho já é feito há muitos anos. A Prefeitura de Florianópolis, já nos anos 80 criou o SOS Criança (na época era esse o nome que se dava) e havia um plantão de 24 horas, que, quando acionado, corria para ir socorrer a criança. Com o passar dos anos, a política mudou. Hoje, quem faz isso é o Conselho Tutelar. Temos quatro conselhos tutelares na ilha: um no centro, um no continente, um no norte da ilha e um no sul. Ainda é pouco para a demanda que há, mas de qualquer forma considera-se que hoje as crianças têm uma possibilidade um pouco maior de proteção. E o trabalho que a dupla de assistente social e psicólogo faz é ouvir a criança, o relato dela, as queixas dela, as dores dela e trabalhar com a família, especialmente com os pais. E especialmente ainda com a mãe, porque muitas vezes a mãe vive com um companheiro que não é o pai da criança.

É bem comum, as famílias hoje são bem diferentes, não são mais as famílias de antigamente. É bem comum a gente entrar numa casa e se deparar com a situação de uma mulher com quatro, cinco filhos, cada filho de um pai. Às vezes ela está vivendo sozinha, às vezes está vivendo com o pai da mais moça, mas que não é o pai dos outros. Então, a gente tenta muito responsabilizar essa mãe e fazê-la entender de que a proteção da criança depende dela e que criança tem que ser protegida, precisa ser protegida. Eu pessoalmente atendi uma mulher há uns sete, oito anos atrás, cuja filha sofria abuso sexual do próprio pai, a mais velha, mas ele já estava se encaminhando para começar a abusar da segunda menina. E ela sabia e fingia que não sabia. Na conversa que eu tive com ela, questionei: “Como é que a senhora permite que a sua menina seja submetida a essa violência”? Que é das piores que uma criança pode passar, porque vai marcar e traumatizar sua vida definitivamente. Ela pode até superar os traumas, mas nunca vai esquecer o que passou. E a mãe me respondeu: “É melhor com o pai do que com estranho”. Então, vocês veem o trabalho que a gente tem que fazer. É um trabalho de formiguinha e que tem pouca visibilidade, porque eu garanto que a maioria de vocês não sabia que a prefeitura trabalhava com essas situações. Esse é o nosso cotidiano. Nós somos mais de cem profissionais atendendo, distribuídos nessas equipes de violência de idoso, violência de criança, violência de mulheres, de trabalho infantil e de adolescente com ato infracional.

A situação das populações de rua

E ainda temos, e este é um caso à parte e muito atual, o trabalho com populações em situação de rua. Temos hoje, na média complexidade, o Centro POP. É o centro de referência para a população em situação de rua. Em Florianópolis esse número está aumentando muito. É um fenômeno mundial. Na Europa tem, nos Estados Unidos tem. Lá, no verão, as pessoas ficam na situação de rua. Só que, no inverno, são recolhidas, porque se o cidadão ficar na rua vai morrer pelo frio, mas lá tem abrigo para todo mundo. Essa é a nossa luta aqui. Nós, aqui, três anos atrás tínhamos trinta leitos para pessoas em situação de rua. Hoje temos mais de cem. Abrimos uma casa para mulheres vítimas de violência, que têm que sair do convívio familiar e mulheres em situação de rua, porque a gente considera que essa mulher, em situação de rua, é também vítima de violência, e está exposta a muitas situações de violência. Temos também a casa de acolhimento, que é antiga e funciona no Jardim Atlântico,

numa situação muito precária. Ela está se mudando para Capoeiras, para uma casa boa, grande, em bom estado. Essa casa é casa de apoio: acolhe trinta homens, tem trinta leitos. Esses homens, todos eles, a maioria deles bastante doente. Temos no centro da cidade, na rua General Bittencourt, quase na esquina com a Mauro Ramos, em frente à antiga LBA, hoje secretaria do Estado, uma casa que, no andar de cima, funciona como casa de acolhimento, também com trinta leitos e no porão, em baixo, é um albergue com cinquenta leitos. Aí é só pernoite. O cidadão entra às sete da noite, toma banho, recebe seu jantar, dorme, e às sete da manhã sai para tomar café da manhã no centro POP.

O centro POP funciona na passarela do samba Nego Quirido, onde era a antiga “Casa da liberdade”. Era um projeto que atendia crianças, hoje é um projeto de atendimento a moradores de rua. Temos lá uma equipe grande de oito profissionais, quatro psicólogas e quatro assistentes sociais, que se dividem no período da manhã e no período da tarde, duas duplas para cada período. E uma equipe de dezesseis, oito de manhã e oito à tarde, dezesseis educadores sociais. E o que se faz no centro POP? Procura-se trazer o morador de rua para esse espaço. Lá se dá a ele o café da manhã, oferece-se a higienização, um banho com xampu, com sabonete, com creme de barbear, tudo o que precisa para higiene pessoal, o almoço, o café da tarde e oficinas, que é o trabalho mais árduo. A maioria deles tem muita dificuldade em permanecer no espaço ou fazer um trabalho de oficinas. Então, tentamos no ano passado, através do PRONATEC, fazer uma capacitação para eletricista predial. Começaram trinta homens, acabaram dois, porque eles não aguentam. Vimos, então, que era muito forte começar a capacitação de mão de obra. Este ano mudamos a tática. Estamos oferecendo oficinas mais para trabalhar a autoestima: oficina de música, de artesanato. Vamos começar agora um torneio de xadrez, uma atividade de basquete ali na passarela do samba, com a Fundação de Esportes. Esses usuários são, na maioria, do sexo masculino, a grande maioria na faixa dos vinte a quarenta anos, embora tenhamos alguns casos de idosos em situação de rua. A maioria são homens em idade produtiva e, desgraçadamente, usuários de droga. Álcool e craque são as drogas mais comuns. Então, são doentes, são dependentes químicos, pessoas carentes. Muito transtorno mental, muita esquizofrenia.

Essa é uma situação para a qual eu quero chamar a atenção. Tenho debatido muito isso com a Saúde e a gente tem tido bastante dificuldade de ter um diálogo comum, Saúde e Assistência, nesse aspecto. Com

a política anti-manicomial da saúde – vocês sabem que antigamente existiam os grandes manicômios, em São José havia a “Colônia Santana” – houve uma mudança que desarticulou esse trabalho, porque se entendia que era muito triste as pessoas passarem uma vida inteira ali trancafiadas num hospital de doente mental. Então a Saúde acabou e tentou responsabilizar as famílias, porque a maioria deles, se mantidos sob medicação, consegue ter um convívio social que não oferece risco. Só que a Saúde se esqueceu que muita gente não tem família ou tem vínculo rompido há muitos anos. A gente se depara muito com situação de morador de rua completamente transtornado, em surto, e isso se agrava mais ainda pelo uso de drogas... Essas pessoas não têm família, não se lembram, não sabem de onde são. Porque também, dessa população de rua, são minoria os que nasceram em Florianópolis. A grande maioria vem de outros municípios, de outros Estados e de outros países. A gente tem uruguaios, argentinos, chilenos.

É um trabalho árduo, porque é uma população difícil, é um sujeito difícil para se manter um diálogo, porque está sempre bem atrapalhado pela questão do uso de drogas. E o que as duplas de assistente social e psicóloga fazem no centro POP? Elas tentam resgatar esse cidadão para a sociedade, ressocializar. Então, providencia-se documento, que eles perdem dez, vinte vezes por ano, cada chuva se perde, vai na enxurrada. Então os profissionais conseguem a documentação, fazem contato telefônico com a família, com os cartórios, porque às vezes o cidadão sabe dizer: “eu nasci em Campinas, no estado de São Paulo”. Tentamos localizar o cartório para conseguir os documentos, certidão de nascimento, para ele ter a documentação. Procura-se sempre a família, tenta-se restabelecer o vínculo, tenta-se fazer com que essa família acolha de volta essa pessoa. Infelizmente o sucesso é muito pequeno. A maioria já está há muito tempo nessa vida e muitos deles não querem sair. A gente faz abordagens noturnas, por exemplo, é comum a gente sair com o Ministério Público, a Polícia Militar – porque alguns são agressivos, a gente tem que estar protegida. É bem comum a gente chegar, eles chamam de mocó, eles descobrem um imóvel abandonado e invadem. A gente entra nesses locais, imóveis que o proprietário esquece, abandona, às vezes tem vinte, trinta, ali nesse local. É bem comum nenhum deles aceitar ir para o albergue dormir, tomar um banho, receber uma refeição. Muitos não querem ir no centro POP. A gente tem uma presença de aproximadamente cento e vinte pessoas no centro POP todos os dias. O centro POP abre às oito da manhã e encerra as atividades com eles às cinco da tarde.

São cerca de cento e vinte pessoas, noventa por cento do sexo masculino, que frequentam o centro POP, mas sabe-se que Florianópolis tem aproximadamente trezentas pessoas em situação de rua. Há muitos andarilhos nos Ingleses e em Canasvieiras, no verão. As situações são as mais difíceis, como as deste caso: um ano atrás, recebi uma denúncia, eu pessoalmente, por telefone, de uma senhora que andava como andarilha e falava uma língua que ninguém entendia lá na Ponta das Canas. A equipe que temos dentro do centro POP é uma equipe também de abordagem social, é uma equipe que anda pelas ruas tentando resgatar essas pessoas, faz busca ativa. A equipe se deslocou até o norte da Ilha e recolhemos a dona Carla. Ela tinha vindo da Alemanha, tinha ficado viúva, mas na verdade ela é natural de Blumenau e tem familiares em Blumenau. Com transtorno mental, ela está há um ano na nossa casa de mulheres, mas não se alimenta na frente de ninguém, não dorme com ninguém, tem um quarto só para ela, fala muito da aposentadoria dela e do marido, que a gente não conseguiu trazer da Alemanha. Toda a documentação dela, a certidão de casamento, tudo precisa de tradução. As primas vieram do interior do Estado, mas ela não quis sequer recebê-las. Tendo ficado viúva, ela se mandou da Alemanha para cá, ninguém sabe como, e estava em situação de rua com uma mochila, falando alemão e sem um centavo. A gente se depara com muitas situações assim. Também recolhemos um rapaz de uns trinta e quatro anos, meses atrás, identificamos que era do interior de São Paulo, localizamos a família, ele estava desaparecido havia oito meses. Era de uma família de classe média, com transtorno mental, saiu pela rua e ninguém achou mais, a família estava desesperada. Temos uma boa parceria com a delegacia de desaparecidos, que colhe as impressões digitais e trabalha na ajuda para encontrar familiares.

Casas de acolhida de crianças e adolescentes

Temos ainda a casa de acolhimento de meninas, no Jardim Itaguaçu e de meninos, no Jardim Atlântico. Essas duas casas recebem adolescentes de doze a dezoito anos, porque é uma faixa etária que ninguém quer atender. É uma faixa etária difícil de se trabalhar. Se já é difícil com os próprios filhos, que a gente protegeu e que receberam boa escola, imagine-se com os filhos dessas famílias empobrecidas. Muitos desses adolescentes são vitimizados: se estão em abrigos, é porque realmente precisam ser protegidos, tiveram que ser afastados da família por algum motivo. Na casa das meninas, até quinze dias atrás tínhamos uma ado-

lescente de dezessete anos mãe de duas crianças, uma de dois anos e um bebê de meses e que apanhava do pai seguidamente, ela e as crianças. Então ela foi acolhida, ficou lá conosco quase um ano, aprendeu a ser mãe ou pelo menos a gente tentou e ela foi desacolhida quando completou dezoito anos. Durante o tempo de acolhimento as crianças foram para a creche, ela entrou no mercado de trabalho e hoje está pagando um aluguelzinho, tentando sobreviver com as filhas dela e com a ajuda da mãe. Mas não pode ficar perto do pai, porque o pai a maltrata até hoje por ela ter engravidado aos quatorze anos.

Se não se contasse com a rede de apoio da cidade, a rede privada, a gente não ia dar conta, porque nós temos mais oito casas de acolhimento que nos dão apoio para crianças e adolescentes. Vocês devem conhecer algum: Lar São Vicente de Paulo, a SERTE, o Recanto do Carinho, a Luz do Caminho, nos Ingleses, a Casa lar Emaús, que é administrada e sustentada pelo Movimento de Emaús, no Jardim Santa Mônica, a casa de crianças Nossa Senhora do Carmo, em Coqueiros, que tem uma ligação com a Igreja Nossa Senhora do Carmo. Então, muitas dessas casas de acolhimento de crianças e adolescentes, dessa rede privada, são sustentadas pela Igreja Católica, por movimentos religiosos. O padre Vilson Groh faz um movimento enorme na cidade toda, principalmente com crianças e adolescentes. Ele é um grande parceiro e também atende população em situação de rua, tendo-nos apoiado muito recentemente, no atendimento aos haitianos.

O caso dos haitianos

Quase trezentos haitianos passaram por aqui nos últimos meses. Acabamos de desmontar o acampamento, graças a Deus todos encaminhados, quatro na casa de acolhimento aqui do centro, mas já com emprego.

Foi bem interessante a experiência com os haitianos, porque a gente percebeu claramente a diferença da pobreza brasileira e a pobreza de outros países. Apesar de ser um país pobre, muito castigado pelo tempo, pelas situações de clima, os haitianos demonstram uma capacidade grande de recuperação. Aliás, um haitiano, que já está morando há dois anos em Florianópolis, filosofando, falou: no meu país a gente luta contra a natureza; aqui a população pobre luta contra si mesma. Então, percebeu-se claramente a diferença. Entre esses haitianos, pelo menos entre os que nós recebemos, foram quase trezentos, não tivemos

nenhum caso de uso de drogas, de álcool, são super-higiênicos e todos querem trabalho e buscam dignidade. Isso é uma fala recorrente deles: “Ninguém quer ficar em situação de rua, a gente quer ter dignidade”. Vi muito claramente quanto a gente ainda tem que trabalhar pela pobreza aqui do Brasil, do nosso município. Eu pessoalmente acho que tem tudo a ver com educação. Investimento em educação tem que ser muito maior do que é, porque as pessoas não acessam uma melhor qualidade de vida se elas não têm conhecimento. Essa mãe que me disse “é melhor com o pai do que com um estranho”, ignora as necessidades das crianças dela. É uma pobreza bem diferente, é uma pobreza que exige muito mais do nosso desprendimento, da nossa atenção.

Outras situações

Não temos no município nenhuma casa de acolhimento para idosos, o que é uma lacuna. Temos planos de um Centro Dia, ou de uma casa de acolhimento, mas ainda não temos. Contamos unicamente com a rede privada. Temos convênio para acolher os idosos de baixa renda, os idosos usuários de assistência na SERTE, que é mista, na SEOVI que fica no Campeche, que atende senhoras, e temos, nos Ratonos, o “Cantinho dos Idosos”. É o trabalho maravilhoso de uma senhora já de idade, que se dedica inteiramente a isso, ela e sua equipe. Não temos casa de acolhimento no município, mas temos três casas conveniadas. A gente acolhe em último lugar, sempre a nossa tentativa é de resgatar e fortalecer o vínculo familiar, porque a gente entende que o melhor lugar do ser humano é no seio de sua família, principalmente da criança. Por mais que o pai ou mãe maltratem ou sejam agressivos ou vitimizem essa criança, sempre é uma dor para elas os primeiros dias num abrigo, é triste. Porque, por piores que sejam os pais, elas querem é estar com os pais. Então, é uma situação que eu também me questiono: a gente de certo modo violenta essa criança quando a retira do seio da família. Por outro lado, se a gente não retirar, em muitos casos ela corre até risco de óbito, pelas situações de violência que sofre.

Sobre os egressos do sistema penal. A gente trabalha bastante com as pessoas que saem dos presídios, pois é bem comum eles procurarem a prefeitura. Porque saem sem nada, de bolso vazio. Fornecemos passagens para quem é libertado e percebemos que muitos casos no centro POP são de ex-presidiários. Aqui em Florianópolis a Pastoral Carcerária faz um trabalho nos presídios e está empenhada em construir uma “Casa do

Egresso”, embora esse problema seja da alçada do Governo do Estado, segundo a Lei da Execução Penal, a LEP, de 1984.

Sobre casos de média complexidade: Praticamente é só o Instituto padre Vilson Groh que desenvolve alguns trabalhos de contra-turno com crianças e adolescentes. A rede de acolhimento privada é muito parceira e a gente está sempre junto, a prefeitura paga *per capita* para as entidades. Por exemplo, para um idoso, o custo é em torno de dois mil reais/mês. A Prefeitura co-financia esse valor de idoso, de criança. Então, a gente convenia com essas entidades e, através desses convênios, estabeleceu-se uma parceria, contato e orientação. No momento, estamos com uma regulamentação, vamos dizer assim, para entidades de acolhimento, que é bem severa e que era para ter sido implantada em julho, conseguiu-se adiar para fevereiro, para que as nossas entidades amigas parceiras consigam se adequar para continuarem mantendo o convênio. Vamos ter, logo, uma grande reunião no Lar São Vicente de Paulo, com todas as casas de acolhimento da rede privada e as nossas casas também, com Judiciário, Conselhos Tutelares etc, para discutir o fluxo entre media e alta complexidade.

Sobre a parceria entre a Prefeitura e as paróquias ou a diocese. Essa parceria é sempre possível. Aliás, se considerarmos o contexto nacional, somos o sul-maravilha. Nós aqui, especialmente Florianópolis, temos um padrão de qualidade de vida considerado europeu, se compararmos com o Nordeste, com regiões da Bahia. Algumas vezes participo de reuniões em Brasília, onde, conversando com colegas do Amazonas, por exemplo, elas têm que ir de barco nas regiões ribeirinhas para atender a essas famílias que moram na beira dos rios. O acesso é difícilimo, as pessoas não têm noção, vivem num mundo à parte. Nós aqui ainda somos privilegiados.

Apesar disso, a gente se depara muito com a questão do preconceito. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce, é bonita e limpa, que o povo é educado, que tem padrão quase europeu de vida, as pessoas não querem se deparar, por exemplo, com um morador de rua. É aquela visão sanitarista da cidade, de limpeza: “Tira esse cara daqui da minha porta”, diz o comerciante com certa razão, pois ele atrapalha. Só que ele não é um objeto, eu não posso chegar lá e recolher. Eu tenho que conversar com ele, tenho que fazer com que ele concorde em sair dali e me acompanhar nos serviços, ou, se ele não quer, ele tem a liberdade, ele muda de lugar. Ele tem a liberdade constitucional de ir e vir, e isso constitui

um problema difícil para nós. Hoje, por exemplo, a casa de acolhimento do Jardim Atlântico está com o teto quase caindo, com dois banheiros interditados. Se entrar a vigilância sanitária lá hoje, ela vai me dizer que tem que interditar a casa. Nós conseguimos a duras penas, levamos quatro meses para assinar o contrato de aluguel de uma casa em Capoeiras, que é uma casa linda, onde funcionou o posto de saúde do bairro durante muitos anos. Eu digo que é a “casa da Xuxa”, porque é uma casa rosada enorme, tanto que vai acolher trinta homens. Entretanto, os moradores do bairro, os vizinhos da rua, fizeram um movimento com faixas e cartazes deixando claro que não querem a casa funcionando ali. Ora, uma casa de acolhimento de criança, de adolescente, tem que ficar num bairro, numa cidade, numa rua normal. A gente não identifica como “asilo”, pois as pessoas ali têm vida relativamente normal. As crianças saem para a escola, voltam. Quanto a esta casa de acolhimento, em Capoeiras, os internos dificilmente saem, pois são todos doentes. Quando saem, são conduzidos de carro para serem atendidos no CAPS, para serem atendidos no posto de saúde. Mas a população não quer. Ninguém quer enxergar, ninguém quer ver, a sociedade muitas vezes é cruel, quer negar a realidade. A polícia municipal e a guarda municipal, hoje, estão tendo uma visão diferente. A guarda municipal vai até iniciar um torneio de xadrez com morador de rua no centro POP. Eu fico muito feliz, porque os moradores de rua têm pavor da polícia e da guarda. Por quê? É comum eles serem acordados com o bico da bota. Não é assim que se acorda uma pessoa! Ela já está numa situação infeliz, na rua, no chão, sujo, com um cobertor velho quando tem cobertor, às vezes está encolhida do frio. Não é justo ser acordada com o pé. Essa é a diferença da assistência social: não é papel nosso, nós não temos o papel de repreender, não somos repressores nem podemos ser. Quanto à ação da polícia, ela tem que ser feita com respeito, com cuidado, pois são seres humanos.

Por outro lado, a gente sabe que tem movimentos que vão às ruas à noite, para distribuir uma sopa, levar uma quentinha. Já outros acham que não tem que dar nada, porque se a gente dá, a gente mantém a situação. Só que essas pessoas que estão em situação de rua, a maioria delas está muito doente. Esta é a nossa dificuldade com a Saúde, porque a Saúde entende que a responsabilidade é só da Assistência. É da Assistência, sim, mas com o acompanhamento da Saúde passo a passo com a gente, porque se trata de doentes. Tivemos recentemente quase uma epidemia de tuberculose. Nessa casa do Jardim Atlântico, que tem trinta homens, sete estavam com tuberculose. E a nossa luta é assim: eles estão trans-

mitindo, daqui a pouco os trinta estarão infectados. Não há rede para internar ou isolar esse cidadão nos primeiros quinze dias, quando ele está transmitindo. As dificuldades são muitas e vai-se tentando construir uma rede, tentando diálogo.

Conclusão

Eu confesso a vocês que esse tipo de resultado com a população de rua é muito, muito pequeno. É menos de dez por cento. Quando a gente salva um, é uma festa. O craque é uma droga desgraçada, é muito difícil sair do craque, mais difícil do que das outras drogas. E o álcool, que todo mundo conhece, costumo dizer que desgraça mais as famílias que as outras drogas. Aliás, o álcool e o craque são as piores drogas, pior do que maconha, cocaína, disparadamente, na minha opinião. Agora, o morador de rua normalmente é usuário de uma dessas duas, consideradas as drogas mais letais. O álcool acaba com as famílias, muitos moradores de rua estão nessa situação por causa do alcoolismo. E o uso contínuo do álcool e do craque, se o cidadão não tinha transtorno mental, acaba adquirindo com o passar dos anos, pelo uso das drogas.

E-mail da autora:

abrahamdiretoriape@gmail.com